



# Informativo TSE

Informativo TSE – Ano VII – Nº 3

Brasília, 14 a 20 de fevereiro de 2005

## SESSÃO PÚBLICA

### **Agravo regimental. Ação rescisória. Negativa de seguimento. Não-configuração da hipótese do art. 22, j, do Código Eleitoral.**

A ação rescisória, no âmbito da Justiça Eleitoral, somente é cabível para desconstituir decisão do Tribunal Superior Eleitoral que contenha declaração de inelegibilidade. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental na Ação Rescisória nº 216/SP, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, em 15.2.2005.*

### **Agravo de instrumento. Formação deficiente. Seguimento negado. Agravo regimental. Decisão não infirmada. Programa de rádio. Opinião contrária a candidato. Reexame. Liberdade de imprensa. Ausência de violação.**

Incumbe ao agravante a correta formação do agravo. Para que o agravo obtenha êxito, o agravante deve infirmar especificamente os fundamentos da decisão que visa reformar. A liberdade de manifestação do pensamento, garantida pela Constituição Federal, e a liberdade de imprensa são princípios equivalentes, na ordem constitucional, aos da lisura e legitimidade dos pleitos e igualdade dos candidatos, que visam à garantia do equilíbrio da disputa eleitoral. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 5.480/PR, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, em 15.2.2005.*

### **Exceção de suspeição. Ação de investigação judicial. Reexame de prova.**

Eventual ofensa a dispositivo de regimento interno de Tribunal Regional não enseja recurso especial. Relação de conhecimento ou convívio social não constituem motivos de suspeição. Inimizade pessoal não comprovada. Juízo diverso implicaria reexame de matéria fático-probatória, inviável em sede de recurso especial (Súmula-STF nº 279). Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 21.463/AP, rel. Min. Gilmar Mendes, em 15.2.2005.*

### **Agravo regimental. Recurso especial. Eleição 2004. Fundamentos da decisão não infirmados.**

Uma vez confirmada a autoria ou o conhecimento do beneficiário, a retirada da propaganda não elide a multa prevista no § 1º do art. 37 da Lei nº 9.504/97. O parágrafo único do art. 72 da Res.-TSE nº 21.610 dispõe que se tem

como caracterizado o prévio conhecimento “(...) se as circunstâncias e as peculiaridades do caso específico revelarem a impossibilidade de o beneficiário não ter tido conhecimento da propaganda.” Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 24.900/RS, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, em 15.2.2005.*

### **Agravo regimental. Recurso especial. Eleição 2004. Fundamentos da decisão não infirmados.**

O tamanho da cidade e o tipo de propaganda admitem que se tenha como certo o prévio conhecimento do candidato. A mera transcrição de ementa, sem o necessário cotejo analítico das teses, não é suficiente para a caracterização do dissenso jurisprudencial. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 24.942/SP, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, em 15.2.2005.*

### **Embargos de declaração. Agravo regimental. Agravo de instrumento. Propaganda. Outdoor. Ausência de omissão.**

O Tribunal não está obrigado a analisar todas as alegações das partes quando encontrados os fundamentos suficientes para decidir o feito. Embargos de declaração rejeitados por ausência de omissão. Nesse entendimento, o Tribunal rejeitou os embargos de declaração. Unânime.

*Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 4.476/PA, rel. Min. Gilmar Mendes, em 15.2.2005.*

### **Embargos de declaração. Agravo regimental. Recurso especial. Propaganda eleitoral extemporânea.**

O TSE tem firmado o entendimento no sentido de que “o prequestionamento exigido pelas cortes superiores diz respeito à matéria debatida no acórdão, sem necessidade de referência numérica a artigo de lei”. Embargos aos quais se dá parcial provimento tão-somente para excluir da condenação o jornalista editor do jornal em que se realizou a propaganda irregular, uma vez comprovada a ausência de sua responsabilidade pelo TRE. Nesse entendimento, o Tribunal acolheu parcialmente os embargos de declaração. Unânime.

*Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 21.541/SC, rel. Min. Gilmar Mendes, em 15.2.2005.*

**Propaganda partidária. Alegação de não-veiculação de programa. Inexistência de prova. Arquivamento.**

O ônus de provar o descumprimento da legislação pela emissora é do representante. Imprescindível a juntada de fita contendo gravação que comprove a irregularidade na transmissão do programa. Nesse entendimento, o Tribunal determinou o arquivamento da reclamação. Unânime.

*Reclamação nº 254/PR, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, em 15.2.2005.*

**Inscrição eleitoral. Não-utilização para o exercício do voto por três eleições consecutivas. Cancelamento. Eleitor maior de 80 anos. Exceção. Depuração do cadastro. Imposição de comparecimento ao cartório. Obrigação não prevista na Constituição. Reexame. Supressão de regra prevista em resolução. Procedência.**

Assegurado pela Constituição ao eleitor maior de 70 anos o exercício facultativo do voto, não se pode impor, por resolução, ao eleitor com idade superior a 80 anos, obrigação visando preservar a regularidade de sua inscrição eleitoral. A depuração do cadastro, com a finalidade de excluir inscrições atribuídas a pessoas falecidas, deverá ser promovida em procedimentos específicos a partir das comunicações mensais de óbitos a que estão obrigados os cartórios de registro civil ou deflagrada de ofício pela Corregedoria-Geral, observados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa. Exclusão da referência aos eleitores cuja idade não ultrapassar 80 anos da ressalva prevista na regra de cancelamento do § 6º do art. 80 da Res.-TSE nº 21.538/2003. Nesse entendimento, o Tribunal julgou procedente a representação. Unânime.

*Representação nº 649/RS, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, em 15.2.2005.*

**Propaganda partidária. Alegação de ofensa. Governador. Ilegitimidade ativa. Não-caracterização. Improcedência.**

A legitimidade para propor ação visando cassação de tempo para veiculação de propaganda partidária, com base no art. 45 da Lei nº 9.096/95, é restrita aos partidos políticos, ao Ministério Público, a órgão de fiscalização do Ministério das Comunicações ou entidade representativa das emissoras de rádio e televisão (Res.-TSE nº 20.034/97, art. 13). A divulgação de críticas, ainda que severas, à administração e à política governamental com o propósito de divulgar a posição de agremiação partidária em relação a temas amplamente divulgados na mídia não caracteriza violação ao art. 45, § 2º, da Lei nº 9.096/95. Nesse entendimento, o Tribunal julgou improcedente a representação. Unânime.

*Representação nº 652/BA, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, em 15.2.2005.*

**Representação. Propaganda partidária. Cadeia estadual. Participação de pessoa filiada a partido diverso. Vedação legal. Parcial procedência. Proporcionalidade.**

A participação em programa partidário de não filiado ao partido responsável pela propaganda enseja a cassação do direito de transmissão em tempo proporcional à falta. Nesse entendimento, o Tribunal julgou procedente em parte a representação. Unânime.

*Representação nº 689/SC, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, em 15.2.2005.*

**Propaganda partidária. Alegação de desvirtuamento das finalidades previstas no art. 45, § 1º, da Lei nº 9.096/95. Fitas de vídeo encaminhadas que não coincidem com as transcrições constantes da inicial. Extinção do feito.**

O fornecimento de fitas de vídeo que não se prestam à instrução do processo acarreta a extinção do feito, sem julgamento do mérito. Nesse entendimento, o Tribunal julgou improcedente a representação. Unânime.

*Representação nº 704/PE, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, em 15.2.2005.*

## SESSÃO ADMINISTRATIVA

**Consulta. TRE/GO. Promotores. Função de Ministério Público Eleitoral. Gratificação. Recebimento em período em que não houver nenhuma atividade laborativa.**

Enquanto formalmente designados para o exercício das funções eleitorais, ressalvados os períodos de afastamentos, os promotores de justiça investidos nas funções de Ministério Público Eleitoral têm o direito de perceber a gratificação, mesmo que no período não tenham exercido qualquer atividade nos ofícios eleitorais. Nesse entendimento, o Tribunal respondeu à consulta. Unânime.

*Consulta nº 315/GO, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, em 15.2.2005.*

**Consulta. Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Indagação. Órgãos partidários. Pedido. Providências. Justiça Eleitoral. Existência. Normas estatutárias. Observância.**

Caso haja previsão no estatuto da agremiação, os órgãos partidários devem observar as normas nele contidas no que

diz respeito às providências a serem tomadas na Justiça Eleitoral. Não obstante, ressalta-se que é da competência desta Justiça Especializada a apreciação das questões afetas à legalidade e à observância das normas estatutárias, nela não se incluindo a anulação de decisão judicial proferida pela Justiça Comum, que mantém ou invalida ato interventivo. Nesse entendimento, o Tribunal respondeu à consulta. Unânime.

*Consulta nº 1.128/DF, rel. Min. Caputo Bastos, em 15.2.2005.*

**Consulta. Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Indagação. Órgão competente. Comunicações. Atos intra-partidários. Âmbito regional e municipal. Tribunal Regional Eleitoral. Regra. Resolução do Tribunal Superior Eleitoral. Estatuto do partido. Disposição diversa. Prevalência.**

Ainda que haja previsão em resolução desta Corte Superior no sentido de que o órgão regional do partido é o competente para as comunicações ao Tribunal Regional

Eleitoral acerca de atos intra-partidários no âmbito regional e municipal (arts. 18 e 19 da Res.-TSE nº 19.406/95, com redação dada pela Res.-TSE nº 19.443/96), caso exista regra diversa estabelecida no estatuto da agremiação, esta então deverá prevalecer. Desse modo, se o estatuto confere tal prerrogativa ao órgão de direção nacional, então este poderá se dirigir aos tribunais regionais eleitorais. Não obstante, ressalta-se que compete à Justiça Eleitoral a apreciação de questões afetas à legalidade e à observância das normas estatutárias. Nesse entendimento, o Tribunal respondeu à consulta. Unânime.

*Consulta nº 1.129/DF, rel. Min. Caputo Bastos, em 15.2.2005.*

**Consulta. Propaganda partidária realizada por meio de outdoor e imprensa escrita. Ausência de proibição legal. Limites.**

Como o partido político é pessoa jurídica de direito privado, não há vedação legal que impeça a realização de propaganda por meio de outdoor e imprensa escrita, observadas as vedações previstas para propaganda nas leis que disciplinam o Direito Eleitoral. Nesse entendimento, o Tribunal respondeu à consulta. Unânime.

*Consulta nº 1.132/DF, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, em 15.2.2005.*

**Consulta. Prejudicada. Não-conhecimento.**

Está prejudicada a consulta que visa obter esclarecimentos sobre questão referente às eleições de 2004. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu da consulta. Unânime.

*Consulta nº 1.136/DF, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, em 15.2.2005.*

**Processo administrativo. TRE/AC. Procurador substituto. Procurador auxiliar. Funções. Pagamento.**

Procurador substituto é aquele designado juntamente com o procurador regional eleitoral e substituirá este em seus impedimentos ou afastamentos, a exemplo do vice-procurador-geral eleitoral (art. 73, parágrafo único, LC nº 75/93). Procurador auxiliar é aquele que, em razão da necessidade de serviço, poderá ser designado pelo procurador-geral eleitoral, dentre os membros do Ministério Público Federal, para officiar perante os tribunais regionais eleitorais. A retribuição pecuniária do procurador regional eleitoral auxiliar se faz por gratificação de presença (*jeton*) de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.350/91. Nesse entendimento, o Tribunal respondeu aos questionamentos formulados. Unânime.

*Processo Administrativo nº 19.102/AC, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, em 15.2.2005.*

## PUBLICADOS NO DJ

**ACÓRDÃO Nº 188, DE 9.12.2004**

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 188/MG**  
**RELATOR: MINISTRO CARLOS VELLOSO**

**EMENTA:** Mandado de segurança. Recurso ordinário. Agravo regimental. Justiça Eleitoral. Sistema de rodízio. Implantação. TSE. Poder regulamentar. Princípio da legalidade. Direito adquirido. Não-violação. Recondução. Incompatibilidade.

Agravo regimental a que se nega provimento.

**DJ de 18.2.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 487, DE 7.12.2004**

**HABEAS CORPUS Nº 487/SP**

**RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

**EMENTA:** Habeas corpus. Trancamento. Ação penal. Crime eleitoral. Suspensão condicional do processo. Art. 89 da Lei nº 9.099/95. Período de prova. Condições. Cumprimento. Revogação posterior. Superveniência. Novo processo-crime. Impossibilidade. Extinção. Punibilidade.

1. A decisão que revoga a suspensão condicional do processo pode ser proferida após o termo final do período

de prova, mas deve ser fundada em fatos ocorridos até esse termo.

Concessão da ordem para declarar extinta a punibilidade do paciente.

**DJ de 11.2.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 507, DE 16.11.2004**

**HABEAS CORPUS Nº 507/RS**

**RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

**EMENTA:** Habeas corpus. Pedido. Trancamento. Inquérito policial. Fato. Objeto. Representação eleitoral.

1. Não configura constrangimento ilegal a instauração de inquérito policial fundada em fato apurado em representação eleitoral, tendo em vista que a notícia trazida nesta ação caracteriza, em tese, aliciamento de eleitores, sendo plenamente justificável a requisição formulada pelo Ministério Público Eleitoral.

2. As alegações de cerceamento de defesa, ausência de provas e descumprimento das disposições previstas na Resolução nº 21.575/2003 devem ser apreciadas na própria representação, sendo descabida, para tanto, a utilização da presente via.

Denegação da ordem.

**DJ de 11.2.2005.**

O *Informativo TSE*, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência, contém resumos não oficiais de decisões do TSE ainda não publicadas e acórdãos já publicados no *Diário da Justiça*.



**\*ACÓRDÃO Nº 699, DE 7.12.2004****REPRESENTAÇÃO Nº 699/DF****RELATOR: MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS****EMENTA:** Representação. Propaganda partidária. Cadeia estadual. Participação de pessoa filiada a partido diverso. Vedação legal. Benefício indevido. Parcial procedência. Proporcionalidade.

A participação em programa partidário de não filiado ao partido responsável pela propaganda, em indevido benefício à pessoa componente dos quadros de outra agremiação, distancia-se das finalidades legais e enseja a cassação do direito de transmissão em tempo proporcional à falta.

**DJ de 11.2.2005.***\*No mesmo sentido o Acórdão nº 698/DF, rel. Min. Francisco Peçanha Martins.***ACÓRDÃO Nº 707, de 7.12.2004****REPRESENTAÇÃO Nº 707/SC****RELATOR: MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS****EMENTA:** Propaganda partidária. Direito de resposta. Divulgação de informação inverídica. Parcial procedência. A utilização do espaço destinado à propaganda partidária cujo teor se distancia da finalidade prevista na lei dá ensejo à penalidade de cassação do direito de transmissão do partido infrator.A divulgação de informações inverídicas com o objetivo de macular a imagem de terceiros dá ensejo à concessão de direito de resposta ao prejudicado, a ser exercido em tempo descontado da propaganda do representado, em termos e forma previamente aprovados pela Corte.  
**DJ de 11.2.2005.****ACÓRDÃO Nº 1.550, DE 18.11.2004****AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR Nº 1.550/RR****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA****EMENTA:** Medida cautelar. Efeito suspensivo à execução imediata da decisão dos embargos de declaração. Indeferimento. Agravo regimental. Decisão já executada.

Pedido prejudicado. Perda de objeto.

Agravo regimental não conhecido.

**DJ de 11.2.2005.****ACÓRDÃO Nº 1.555, DE 16.12.2004****EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA MEDIDA CAUTELAR Nº 1.555/PI****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA****EMENTA:** Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. Medida cautelar. Indeferimento liminar. Efeito suspensivo a recurso especial interposto, pendente de admissibilidade. Inexistência do *fumus boni iuris*.

A potencialidade para influir no resultado do pleito somente pode ser aferida, em princípio, no recurso especial eleitoral, uma vez que não se evidencia à primeira vista.

Agravo regimental que se conhece, mas a que se nega provimento.

**DJ de 11.2.2005.****ACÓRDÃO Nº 4.598, DE 7.12.2004****EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 4.598/PI****RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS****EMENTA:** Prefeito. Rejeição de contas. Decisão. TCU. Ação desconstitutiva. Inelegibilidade. Suspensão. Trânsito em julgado da demanda. Propositura. Ação ordinária. Pretensão. Cassação. Mandato eletivo. Impossibilidade. Embargos. Omissões. Equívocos. Inexistência.

1. Os embargos de declaração não se prestam para rediscussão da causa.

Embargos rejeitados.

**DJ de 11.2.2005.****ACÓRDÃO Nº 5.024/SP, DE 30.11.2004****AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5.024/SP****RELATOR: MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS****EMENTA:** Agravo regimental. Agravo. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Súmulas nºs 7/STJ e 279/STF. Fundamentos não infirmados. Negado provimento.**DJ de 11.2.2005.****ACÓRDÃO Nº 5.223, DE 7.12.2004****AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5.223/SP****RELATOR: MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS****EMENTA:** Agravo regimental. Agravo. Eleição 2004. Fundamentos da decisão não infirmados. Negado provimento.**DJ de 11.2.2005.****ACÓRDÃO Nº 21.436, DE 7.12.2004****EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 21.436/MG****RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS****EMENTA:** Propaganda eleitoral irregular. Caminhões. Coleta de lixo. Propriedade particular. Inscrições. Municipalidade. Serviço. Art. 37 da Lei nº 9.504/97. Condenação. Multa. Prévio conhecimento. Indícios. Configuração.

Embargos. Alegações. Omissão. Contradição. Ausência.

1. Não há que se falar em contradição no julgado, porque, embora discordando dos fundamentos adotados pela Corte Regional Eleitoral para a condenação, este Tribunal, dadas as circunstâncias do caso, manteve a multa aplicada por entender caracterizado o prévio conhecimento da propaganda eleitoral irregular, realizada por meio de caminhões de coleta de lixo que circulavam na localidade.

2. A decisão embargada não contraria o art. 64 da Res.-TSE nº 20.988/2002, dispositivo que, para pro-

cedência da representação, estabelece a necessidade da comprovação da autoria ou do prévio conhecimento do beneficiário.

3. A análise da afirmação de que a propaganda foi realizada tão-somente em um único caminhão de lixo exige o reexame de fatos e provas, o que não é possível em sede de recurso especial, a teor do disposto na Súmula nº 279 do egrégio Supremo Tribunal Federal. Embargos rejeitados.

**DJ de 11.2.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 21.607, DE 31.8.2004**

**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 21.607/PR**  
**RELATOR: MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS**

**EMENTA:** Recurso especial. Procedência. Representação. Propaganda eleitoral extemporânea. Pré-candidato. Vereador. Pintura. Muros. Provido.

**DJ de 11.2.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 23.788, DE 2.12.2004**

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 23.788/SP**  
**RELATOR: MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS**

**EMENTA:** Agravo regimental. Recurso especial. Eleição 2004. Propaganda. Multa. Não infirmada a decisão. Negado provimento.

**DJ de 11.2.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 24.538, DE 25.11.2004**

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 24.538/SP**  
**RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA**

**EMENTA:** Agravo regimental. Agravo de instrumento. Eleição 2004. Propaganda irregular. Multa. Não provido.

**DJ de 18.2.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 24.739, DE 25.11.2004**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 24.739/SP**  
**RELATOR: MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS**

**EMENTA:** Embargos de declaração. Eleição 2004. Conduta vedada. Art. 73 da Lei nº 9.504/97. Aplicação das sanções previstas na lei. Vícios no acórdão. Inexistência. Rejeitados os embargos.

Os embargos de declaração não têm caráter infringente. Só excepcionalmente se lhes pode dar efeito modificativo, quando houver erro material, nulidade manifesta do acórdão ou omissão cuja correção obrigue à alteração do julgado. “A contradição que autoriza os embargos de declaração é do julgado com ele mesmo, jamais a contradição com a lei ou com o entendimento

da parte”, Resp nº 218.528 – EDcl, DJ 22.4.2002, rel. Min. Cesar Rocha.

**DJ de 4.2.2005.**

**ACÓRDÃO Nº 24.830, DE 9.12.2004**

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 24.830/SP**

**RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES**

**EMENTA:** Agravo regimental. Recurso especial. Pesquisa. Divulgação durante a propaganda eleitoral gratuita na televisão. Omissão de dados. Aplicação de multa. Art. 7º da Resolução-TSE nº 21.576.

Agravo regimental desprovido.

**DJ de 18.2.2005.**

**RESOLUÇÃO Nº 21.902, DE 24.8.2004**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.038/AL**

**RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES**

**EMENTA:** TRE/AL. Criação de escola judiciária eleitoral. Desnecessária a homologação da decisão regional. Participação de membros e servidores do Ministério Público Eleitoral nas atividades de EJE. Possibilidade.

1. Desnecessário que o TRE encaminhe decisão que criou EJE para homologação se preenchidos os pressupostos adotados nas resoluções do TSE sobre a matéria.

2. Sugere-se nova redação ao art. 7º, *caput* e parágrafo único, da Res.-TSE nº 21.185, de 13.8.2002, com a redação dada pela Res.-TSE nº 21.614, a fim de se estender aos membros e aos servidores do Ministério Público que desempenham atividades eleitorais a possibilidade de participarem das atividades das EJEs antes da oferta de vagas aos interessados não pertencentes à Justiça Eleitoral.

**DJ de 18.2.2005.**

**RESOLUÇÃO Nº 21.954, DE 16.11.2004**

**PETIÇÃO Nº 1.466/DF**

**RELATOR: MINISTRO CARLOS VELLOSO**

**EMENTA:** Prestação de contas. Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB). Exercício financeiro de 2003. Desaprovação.

Desaprovada a prestação de contas do Partido Trabalhista do Brasil referente ao exercício financeiro de 2003, diante da inércia do partido, que, apesar das oportunidades concedidas, não regularizou as falhas encontradas.

**DJ de 11.2.2005.**

**RESOLUÇÃO Nº 21.956, DE 18.11.2004**

**PETIÇÃO Nº 1.044/DF**

**RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

**EMENTA:** Prestação de contas referente ao exercício de 2000. Partido Social Liberal (PSL). Irregularidades não sanadas. Desaprovação. Suspensão de repasse de novas cotas do Fundo Partidário pelo prazo de um ano.

Art. 37 da Lei nº 9.096/95. Encaminhamento dos autos à Procuradoria-Geral Eleitoral para fins do disposto no art. 28, III, da Lei nº 9.096/95.

**DJ de 11.2.2005.**

**RESOLUÇÃO Nº 21.964, DE 25.11.2004**

**PETIÇÃO Nº 1.553/AL**

**RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS**

**EMENTA:** Petição. Representação. Celeridade. Arquivamento.

Na ausência de feitos envolvendo a autora, arquivam-se requerimento de celeridade na tramitação dos processos em que a ela seja parte.

**DJ de 18.2.2005.**

**RESOLUÇÃO Nº 21.968, DE 7.12.2004**

**PETIÇÃO Nº 1.391/SP**

**RELATOR: MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS**

**EMENTA:** Prestação de contas. Eleição 1998. Candidata à Presidência da República. Notificação ao partido e à candidata para suprirem as falhas apontadas pela Coep. Inércia. Impossibilidade de se auferir a regularidade. Desaprovação.

**DJ de 11.2.2005.**

**RESOLUÇÃO Nº 21.969, DE 7.12.2004**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18.207/DF**

**RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS**

**EMENTA:** Requisição. Servidor. Prorrogação. Prazo. Excepcionalidade.

1. Tendo em vista a carência de pessoal do quadro efetivo de servidores da Justiça Eleitoral e a urgência dos serviços a serem prestados por esta Justiça Especializada, autoriza-se a prorrogação excepcional, até 31.12.2005, do prazo de requisição de servidor, estabelecido na Res.-TSE nº 21.412/2003.

**DJ de 11.2.2005.**

## DESTAQUE

**\*ACÓRDÃO Nº 24.861, DE 7.12.2004**

**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 24.861/RS**

**RELATOR ORIGINÁRIO: MINISTRO GILMAR MENDES**

**RELATOR PARA O ACÓRDÃO: MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS**

**Recurso especial. Eleição 2004. Art. 77 da Lei nº 9.504/97. Participação de candidato em inauguração de obra pública. Vedação legal. Recurso provido para cassar o registro de candidatura.**

Vistos, etc.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por maioria, em dar provimento ao recurso, vencidos os Ministros Gilmar Mendes, Humberto Gomes de Barros e Caputo Bastos, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 7 de dezembro de 2004.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, presidente – Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, relator para o acórdão – Ministro GILMAR MENDES, relator vencido – Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, vencido – Ministro CAPUTO BASTOS, vencido.

### RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES: Sr. Presidente, a Coligação União por Novo Hamburgo (PDT/PTB/PFL/PL/PV) ajuizou representação contra o Sr. Tarcísio João Zimmermann com fundamento no art. 77 da Lei nº 9.504/97, pois o candidato teria participado de inauguração de obra pública.

O juiz eleitoral julgou procedente a impugnação e cassou-lhe o registro nos moldes do art. 77 da Lei nº 9.504/97.

O Tribunal Regional Eleitoral reformou a sentença em acórdão assim ementado:

[...]

Preservação do princípio da isonomia e da igualdade entre os candidatos. Inexistência de aproveitamento político da obra, uma vez que não exerceram cargos administrativos no município quando da sua construção. Vedação a que não se participe de inaugurações não é extensível a todos os candidatos, mas dirige-se essencialmente àqueles que estejam no controle do aparato governamental, de forma direta ou indireta, fator esse que constitui o vetor de desigualdade do certame.

Provimento (fl. 282).

Irresignada, a coligação interpõe este recurso especial (fl. 324). Alega que o candidato ocupou posição de destaque no palanque oficial destinado às autoridades responsáveis pela execução da obra pública, conduta vedada pelo art. 77 da Lei nº 9.504/97. Assevera que essa norma não se dirige apenas aos candidatos à reeleição, mas a todos, uma vez que busca a aplicação dos princípios da isonomia e da igualdade para manter o equilíbrio do pleito. Afirma que a inauguração teve participação de dois candidatos ao cargo majoritário, mas quatro estiveram ausentes, sendo prejudicados pela situação. Sustenta que justamente os dois candidatos que participaram da inauguração foram os mais votados, inclusive tendo atingido vantagem desproporcional em relação aos demais colocados. Aduz ser evidente a presunção de desigualdade que exsurge da interpretação do citado art. 77 da Lei das Eleições.

O Ministério Público opina pelo provimento do recurso (fl. 416).

É o relatório.



**VOTO (VENCIDO)**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (relator):  
Sr. Presidente, verificadas a regularidade processual e a tempestividade, merece conhecimento este recurso.

Dispõe o art. 77 da Lei nº 9.504/97:

Art. 77. É proibido aos candidatos a cargos do Poder Executivo participar, nos três meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro.

Esse dispositivo visa a evitar o desequilíbrio entre os candidatos ao pleito, de modo a assegurar as mesmas oportunidades a todos. Este é o entendimento desta Corte:

[...]

1. A proibição de participação de candidatos a cargos do Poder Executivo em inaugurações de obras públicas tem por fim impedir que eventos patrocinados pelos cofres públicos sejam desvirtuados e utilizados em prol das campanhas eleitorais.

[...] (Acórdão nº 19.404, de 18.9.2001, relator Ministro Fernando Neves).

No caso dos autos, entretanto, não há falar em quebra da isonomia entre os candidatos. Eis a narração do que ocorreu, segundo o relator do acórdão recorrido:

[...] Compareceu o recorrente ao ato inaugural de obra estadual e foi chamado pelos seus opositores políticos a subir no palanque, bem como várias personalidades políticas. O fato de ter participado como convidado ao ato não afetou o princípio da isonomia entre os candidatos, uma vez que se encontrava no local como deputado federal.

[...] (fl. 289).

Depreende-se da narração dos fatos que não houve finalidade eleitoral na participação do candidato ao evento.

Afinal, o recorrido, deputado federal e candidato ao cargo de prefeito de Novo Hamburgo pelo PT, e o Sr. Jair Henrique Foscarini, candidato pelo PMDB, foram apenas convidados pelo governador do estado a participar da inauguração de obra pública estadual. Ora, como o candidato não possuía, na época da realização da obra, cargo de administração pública, em nada contribuiu para a sua realização. Também não possuía vínculo de nenhuma natureza com o governador. Ao contrário, é seu adversário político. Conclui-se, portanto, que não houve benefício algum para o candidato em decorrência da inauguração da referida obra nem prejuízo aos cofres públicos.

Ademais, o candidato não realizou discurso nem se fez notar de nenhuma outra forma. Apenas participou da solenidade como convidado. Esta Corte decidiu caso análogo recentemente, em que se concluiu pela inexistência da prática da conduta vedada. Transcrevo trecho do voto:

[...]

No caso dos autos, todavia, o ora recorrido compareceu à solenidade sem subir ao palanque ou adotar qualquer atitude capaz de destacá-lo na multidão, não tendo sido feita a menor alusão ao seu nome ou a sua presença, até pelo fato de ser candidato a vice-prefeito por partido que realiza oposição à administração realizadora da obra que estava sendo inaugurada.

No ponto transcrevo do acórdão:

“[...] o recorrido, em momento algum, incidiu nas condutas descritas na lição do jurista citado. Ao revés, sua postura foi a de discrição, não tendo participado com destaque e relevo do evento que deu origem à presente controvérsia. Apenas ali esteve, por tempo aproximado de vinte minutos, conforme narra a reportagem trazida aos autos, o que, verificado a partir do senso comum, não é lapso de tempo suficiente a que se desenvolva eficaz e proeminente campanha política.

[...]” (Acórdão nº 22.055, de 9.9.2004, relator Ministro Peçanha Martins.)

No caso, o candidato subiu ao palanque, mas, assim como no precedente citado, não discursou nem fez uso da palavra. Resta descaracterizada, pois, a conduta descrita no art. 77 da Lei nº 9.504/97.

Mostra-se, assim, irrepreensível o acórdão recorrido. Transcrevo trecho do voto condutor, de lavra da eminente desembargadora Lizete Andreis Sebben:

[...]

Cuida-se de inauguração, na cidade de Novo Hamburgo, do Centro de Atendimento Sócio-Educativo (Case), unidade da Fase (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo), ex Febem [sic], entidade ligada ao governo do estado.

[...]

No caso em análise, não consigo vislumbrar que a presença de dois dos seis candidatos ao pleito majoritário, no palanque de inauguração de uma obra estadual, situada no Município de Novo Hamburgo, venha a beneficiá-los em detrimento daqueles que ali não estiveram.

Nesse sentido, veja-se, ambos, Tarcisio Zimmermann e Jair Foscarini, candidatos à Prefeitura de Novo Hamburgo, não exerceram a administração municipal quando da realização da obra, inobstante [sic] tratar-se de sede de ente estadual. De igual forma, não administram, hoje, a Prefeitura, para, quiçá, obter glórias com a inauguração dessa.

Os recorrentes ali estiveram e figuraram no palanque, junto às demais autoridades presentes, porque assim o são, já que desempenham função legislativa estadual e federal. O fato de subirem no palanque, penso, nada interfere, [sic] vez que, como comprovado nos autos, não discursaram ou fizeram uso da palavra. Não ocupam, eles, qualquer cargo

público na administração municipal de Novo Hamburgo, [sic] são, sim, representantes do povo no Legislativo Estadual e Federal.

O fato de ali estarem não lhes renderia nenhum dividendo político, motivo pelo qual entendo que a sua presença, no evento de inauguração da obra pública estadual, não caracteriza a conduta vedada pela Lei Eleitoral, em especial o art. 77 da Lei nº 9.504/97. [...]

No caso em tela, tenho que inexistiu qualquer ato ou conduta desses candidatos recorrentes, seja por ações ou palavras, tendentes a caracterizar promoção pessoal, eleitoral ou, quiçá, em benefício próprio ou de seu partido político. Nem mesmo poder-se-á dizer tenha ocorrido conduta tendente a afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos ao pleito eleitoral.

É de se indagar, nesse tópico, que benefício adviria ao candidato do Partido dos Trabalhadores, Tarcisio Zimmermann figurar ao lado do governador do estado, de partido notoriamente divergente, oposto, em inauguração de obra do estado? Penso, s.m.j., que a influência junto aos eleitores seria inversa.

Questiono, também, se o objetivo do governo do estado, na inauguração de obra sua, objetivasse beneficiar algum candidato, decerto somente estaria presente no evento àquele [sic] vinculado ao seu partido. No caso em análise, dois candidatos, de partidos opostos, ali estiveram, o que afasta essa idéia. [...]

[...] Os candidatos ao pleito majoritário de Novo Hamburgo, que estiveram presentes na inauguração da obra pública do Estado do Rio Grande do Sul, não tem [sic] qualquer vínculo com essa. [...] [...] (fls. 308-312).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

### VOTO

O SENHOR MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Sr. Presidente, no julgamento do REspe nº 22.055/SP, de que fui relator, o candidato estivera em meio ao povo com descrição, não tendo subido ao palanque nem participado ativamente da inauguração. Em razão disso, a Corte, à unanimidade, entendeu não se tratar da incidência da regra de proibição do art. 77 da Lei nº 9.504/97.

Mas, neste caso, dois de seis candidatos estiveram no palanque. Pelo menos em relação aos quatro que estiveram cumprindo a determinação da lei, diferença há.

E, veja, Senhor Presidente, o art. 77 da Lei nº 9.504/97 é incisivo ao proibir os candidatos a cargos do Poder Executivo de participar, nos três meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas.

Julgamos, nesta Casa, um caso *sui generis*, em que todos os candidatos estiveram presentes. E aí, sabiamente, já que todos se nivelaram na participação da inauguração, o Tribunal não lhes aplicou a regra.

Temos, no Brasil, uma instituição famosa na imprensa, um fato conhecido de todos os que praticaram a política: a figura do papagaio de pirata, que, no tempo da Ditadura Vargas, era posição disputadíssima nas fotografias. E qualquer presidente da República sabe dos empurrões que leva do “papagaio”. Conhecemos figuras ilustríssimas nesta República que brigavam para estar sempre presentes nas fotografias. E esta é uma prática que continua. Temos “papagaios” famosíssimos no Brasil.

Portanto, penso ser o caso de aplicar-se, sim, a regra do art. 77 da Lei nº 9.504/97, razão por que me permito, pedindo muitas vênias ao ilustre relator, dar uma interpretação mais próxima do texto da lei e prover o recurso.

### VOTO (VENCIDO)

O SENHOR MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS: Sr. Presidente, peço vênias ao eminente Ministro Peçanha Martins, porquanto, de tudo que ouvi do voto do eminente relator, o comparecimento à inauguração, até como “papagaio de pirata” talvez não tivesse o condão de gerar de 77% a 87% dos votos para os dois candidatos opositores.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (presidente): Condutas vedadas agora mudaram para impugnação de mandato eletivo.

Apenas gostaria que esses princípios fossem bem declarados, porque estamos rompendo com uma jurisprudência torrencial. Respeito inteiramente a divergência da jurisprudência, mas gosto de assinalar que ela está ocorrendo.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (relator): Isso já se verificou.

O SENHOR MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS: Realmente foram os dois opositores.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (presidente): Agora também a pesquisa eleitoral.

O SENHOR MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS: Acompanho o Ministro Gilmar Mendes.

### VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA: Sr. Presidente, tenho que o tipo do art. 77 da Lei nº 9.504/97 não condiciona a que se restrinja apenas aos candidatos à reeleição. Basta ler o art. 77, mesmo que o candidato tenha, de qualquer forma, relação com a obra. Também não faz diferença se o candidato lá esteve como convidado ou de oferecido, o importante é que esteve lá.

Participar, também, com a devida vênias, é sinônimo de visibilidade; estar presente. E, no caso, ainda se acentua, de forma incontroversa, que os dois candidatos estavam no palanque.

De modo, Senhor Presidente, que devo apenas fazer referência, porque já proferi voto em que procurei externar



minha posição, no que diz respeito ao tema das condutas vedadas. Ao contrário do abuso do poder de autoridade, que tem uma generalidade e exige a potencialidade, nas condutas vedadas houve a tipificação. Assim, tem-se que a potencialidade é presumida, e nesse sentido é a jurisprudência da Corte.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que o Tribunal está decidindo, em última análise, sobre a efetividade da norma do art. 77 da Lei nº 9.504/97. Ao fim e ao cabo, é esta a questão que se põe: se vamos dar consequência ao que tipificado no art. 77 da Lei nº 9.504/97 ou remeter ao art. 22 da Lei Complementar nº 64/90.

Por essas razões, peço vênia aos eminentes Ministros Gilmar Mendes e Humberto Gomes de Barros para acompanhar o Ministro Francisco Peçanha Martins, dando provimento ao recurso.

### VOTO (VENCIDO)

O SENHOR MINISTRO CAPUTO BASTOS: Sr. Presidente, minha posição também já é bastante conhecida na Casa. Pode externá-la em, pelo menos, duas ou três oportunidades, ainda nesta assentada das eleições municipais. Se bem me recordo, ao menos no precedente de Tatuí, tive a oportunidade de concordar com o Ministro Carlos Velloso, quando S. Exa. afirmava – e tive oportunidade de convergir meu ponto de vista – que a aplicação do art. 77 da Lei nº 9.504/97 tem de, efetivamente, resultar de desequilíbrio no pleito.

Apenas esclareço que tenho muita dificuldade quanto à chamada aplicação literal de qualquer dispositivo. Penso que a grande função do juiz é exatamente a de consolidar o seu entendimento, a sua experiência, na aplicação da norma. Fosse apenas para aplicá-la literalmente, penso que talvez fosse desnecessária a função do juiz.

Por essas razões, Senhor Presidente, estando inteiramente de acordo com o voto do eminente Ministro Gilmar Mendes, peço licença à divergência para acompanhar S. Exa.

### ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (relator): Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação. Tive já oportunidade, em outra assentada, de destacar que, qualquer que seja a posição que se queira adotar, de um “exegesitismo” exagerado, qualquer que seja o caráter draconiano, num sistema constitucional como o nosso, não se permite que se aplique a reserva legal, senão com o espírito de reserva legal proporcional. Esse é um comando que decorre do texto constitucional.

Não se trata de uma opção de flexibilização, porque alguém tem um espírito mais flexível ou quer fazer bailado jurídico. Trata-se apenas de deixar fixado que aqui há uma teleologia, um devido processo legal no processo de aplicação da norma (CF, art. 5º, LIV). Isso é elementar no sistema.

### PEDIDO DE VISTA

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO: Sr. Presidente, peço vista dos autos.

### VOTO (VISTA)

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO: Sr. Presidente, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul reformou sentença para julgar improcedente representação proposta contra Tarcísio João Zimmermann, deputado federal e candidato ao cargo de prefeito do Município de Novo Hamburgo, por participação em inauguração de obra pública três meses antes do pleito, sobre os fundamentos de que não houve aproveitamento político no evento da inauguração da obra e de que a vedação do art. 77 da Lei nº 9.504/97 se dirige essencialmente àqueles que estejam no controle do aparato governamental.

No recurso especial, alegou-se violação ao art. 77, parágrafo único, da Lei nº 9.504/97, e divergência jurisprudencial, sustentando-se, em síntese:

a) participação do recorrido, em 9.8.2004, na inauguração do Centro de Atendimento Sócio-Educativo (Case) em Novo Hamburgo/RS, tendo ocupado posição de destaque no palanque oficial;

b) incidência da citada norma sobre todos os candidatos a cargo do Poder Executivo, e não apenas sobre aqueles que postulam a reeleição ou que estejam no exercício da administração pública realizadora da obra;

c) prejuízo a quatro candidatos ao cargo de prefeito na referida localidade, porque apenas dois se fizeram presentes ao evento, sendo evidente a presunção de desigualdade.

Contra-razões às fls. 403-412, em que se argumenta:

a) perda do objeto, visto que já proclamado o eleito;

b) inadequação do rito do art. 96 da Lei nº 9.504/97;

c) inconstitucionalidade do art. 77, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.504/97;

d) não-ocorrência de violação à referida norma, porquanto o recorrente limitou-se a comparecer à inauguração de obra do governo estadual, cujo chefe do Executivo é filiado a partido opositor ao seu, em virtude de convite oficial, por ocupar o cargo de deputado federal, não tendo sido citado no evento nem usado da palavra;

e) inexistência de lesão ao princípio da igualdade, uma vez que o dispositivo legal aplica-se a candidatos à reeleição, e ausência de benefício eleitoral do recorrente.

O relator do processo, eminente Min. Gilmar Mendes, votou pelo não-provimento do recurso, em razão da ausência de finalidade eleitoral na participação do recorrido, como convidado do governador do estado, na inauguração de obra pública estadual. Registrou que, embora o recorrido tenha subido ao palanque, não discursou nem fez uso da palavra, restando descaracterizada a conduta descrita no art. 77 da Lei nº 9.504/97. Diante da semelhança entre este feito e o REspe nº 24.863, em que figura como recorrido Jair Henrique Foscarini, candidato ao mesmo cargo que também esteve presente ao evento, julgou-os concomitantemente.

Pedi vista dos autos e os trago, a fim de retomarmos o julgamento do recurso.

Passo a votar.

O recorrido alega ser inaplicável a sanção prevista no art. 77, parágrafo único, da Lei nº 9.504/97, uma vez que a cassação do registro somente é cabível até a proclamação

dos eleitos, que ocorreu, no Município de Novo Hamburgo, em 16.10.2004.

De fato, esta Corte consignou que

“Nas representações fundadas em artigos da Lei nº 9.504/97 que prevêm a perda do registro mas não do diploma, a decisão que cassar o registro deve ser prolatada até a proclamação dos eleitos, de modo a impedir a diplomação do candidato.” (Ac. nº 4.548/2004, rel. Min. Fernando Neves.)

No caso, o recorrente foi condenado à perda do registro por sentença publicada em 18.9.2004, anteriormente à proclamação dos eleitos e à própria eleição. Dessa forma, como registrou o ilustre Min. Fernando Neves no referido acórdão, como a decisão na representação é “anterior, portanto, ao ato da Justiça Eleitoral que dá ao candidato a condição de eleito, ela atinge tanto seu registro quanto o diploma”, não cabendo falar em perda do objeto.

A sustentada inconstitucionalidade do art. 77 da Lei nº 9.504/97 deve ser rejeitada. A matéria já foi tratada por esta Corte no julgamento do Ac. nº 23.549/2004, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, tendo sido rejeitada por unanimidade, dado que a sanção prevista no mencionado dispositivo é de cassação do registro, não havendo declaração de inelegibilidade.

Tampouco procede o argumento de inadequação do rito processual. Como registrou o regional,

“o rito previsto para as representações que visam ao descumprimento das sanções previstas na Lei nº 9.504/97 é aquele do art. 96 da mesma lei. O egrégio Tribunal Superior Eleitoral tem admitido o rito do art. 22 da Lei nº 64/90 como *possível*, e não como rito *obrigatório*” (fl. 287).

Quanto à participação do recorrido no evento, destaco do voto condutor do acórdão regional (fls. 308-309):

“(…)”

Cuida-se de inauguração, na cidade de Novo Hamburgo, do Centro de Atendimento Sócio-Educativo (Case), unidade da Fase (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo), ex Febem, entidade ligada ao governo do estado.

Nesse evento, compareceu, dentre outras autoridades, o governador do estado. Ao palanque, ao lado das demais pessoas, estavam dois candidatos ao pleito majoritário do Município de Novo Hamburgo, Jair Foscarini, do PMDB, e Tarcísio Zimmermann, do PT. (…)

Os recorrentes ali estiveram e figuraram no palanque, junto às demais autoridades presentes, porque assim o são, já que desempenham função legislativa estadual e federal. O fato de subirem no palanque, penso, nada interfere, vez que, como comprovado nos autos, não discursaram ou fizeram uso da palavra. Não ocupam, eles, qualquer cargo público na administração municipal de Novo Hamburgo, são, sim, representantes do povo no Legislativo Estadual e Federal.

(…)”.

Infere-se que a participação do candidato recorrido em inauguração de obra pública restou comprovada nos autos, devendo ser aplicada a sanção prevista no parágrafo único do art. 77 da Lei nº 9.504/97, que não se restringe a candidatos à reeleição.

Afinal, embora não se trate de obra de responsabilidade do governo municipal, a inauguração se deu no Município de Novo Hamburgo, em período de campanha eleitoral, configurando-se o uso da máquina estadual em favor de candidatura municipal, hipótese por mim aventada no julgamento do REspe nº 24.122/2004, rel. Min. Caputo Bastos, que atinge a *ratio* do art. 77 da Lei nº 9.504/97.

Ademais, a mera presença de candidato a cargo do Poder Executivo na inauguração de obra pública atrai a aplicação do citado dispositivo, sendo irrelevante não ter realizado explicitamente atos de campanha (Ac. nº 19.743/2002, rel. Min. Fernando Neves) ou pertencer a partido distinto daquele ao qual filiado o atual chefe do Executivo, pois tal conduta é suficiente para que a população possa associar o candidato à obra realizada.

A inexistência de benefício eleitoral e a de lesão ao princípio da igualdade suscitadas não socorrem o recorrido. A vedação trazida pelo citado art. 77 deve ser aplicada objetivamente, porquanto visa impedir que eventos patrocinados pelos cofres públicos sejam desvirtuados e utilizados em prol das campanhas eleitorais (Ac. nº 19.404/2001, rel. Min. Fernando Neves).

Do exposto, peço vênia ao eminente Min. Gilmar Mendes para votar pelo provimento do recurso.

## VOTO (DESEMPATE)

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (presidente): Creio que os fatos são incontroversos. As duas correntes que empatam a votação até aqui não divergem quanto a eles.

Em uma inauguração de obra estadual, com a presença do governador, compareceram dois candidatos, entre vários outros, candidatos em posição inequívoca de participação na inauguração.

Esta participação, como decidido no REspe nº 19.743/2003, relator eminente Ministro Fernando Neves, não reclama discurso nem posições de destaque. A lei proibiu terminantemente a presença de candidatos de eleições majoritárias em atos de inauguração. O palanque, no caso, dá visibilidade a esta participação e é quanto basta.

O art. 77 não é restrito a candidatos à reeleição. Tenho notado que as chamadas condutas vedadas dos arts. 73 e seguintes têm como fonte histórica do seu surgimento no Direito Eleitoral a adoção do princípio da reeleição. Mas claramente não ficou a imputabilidade das condutas vedadas restrita ao candidato à reeleição nem ao candidato correligionário do autor da inauguração, se assim se pode dizer.

Por isso, peço vênia ao eminente relator e aos que o seguiram para acompanhar o voto do Ministro Carlos Velloso e dar provimento aos recursos.

Sessão de 7.12.2004.

**DJ de 18.2.2005.**

\*Nesse sentido o Acórdão nº 24.863/RS, rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 18.2.2005.